

## **CAPÍTULO 1**

# **ANÁLISE DA POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DESDE A DIMENSÃO INSTITUCIONAL**

leituras e releituras

Luis Enrique Aguilar (UNICAMP)

Sueli Soares dos Santos Batista (CEETEPS)

## **INTRODUÇÃO**

A política de internacionalização como fenômeno em instituições educacionais tem atingido uma complexidade crescente tanto do ponto de vista conceitual quanto de seus desdobramentos práticos no interior dessas instituições. Em vista disso, nós nos ocuparemos da análise das políticas encontradas por algumas instituições – e redes de instituições – em pontos de partida e ritmos de desenvolvimento tipicamente diversos na tentativa de dar conta dessa demanda presente em cenários locais, nacionais e globais. Interessa-nos focar a análise de políticas nas quais confluem as matrizes de formação da *agenda institucional* da internacionalização e, nesse processo, compreender como as instituições *conceberam*, *formularam* e *implementaram* políticas com esse rumo definido.

Além dos modelos tradicionais de interpretação construídos na trajetória deste campo para entender os processos de formulação e implementação, a análise das políticas públicas tem necessitado de novas formas para buscar compreender as relações complexas que ocorrem dentro das instituições.<sup>1</sup>

A reestruturação das políticas educacionais em escala internacional e nacional tem ganhado enfoque no aspecto gerencial e isso implica um alinhamento em termos de acumulação flexível e agenda neoliberal, em que há uma responsabilização crescente, em nível nacional, institucional e até mesmo individual, pela eficiência e eficácia dos sistemas educacionais. É possível afirmar que reconhecemos, do ponto de vista institucional, uma justaposição de agendas, o que tem ocasionado e deflagrado processos de acomodação e adaptação que exibem registros individuais, grupais e institucionais.

---

1 Saravia (2006).

Mas o gerencialismo que procura orientar, legitimar e regular as relações entre o global e o local e o reconhecimento da importância dos atores na base do *processo das políticas públicas* tem exigido estudos que deem conta dessas especificidades que não são subsumidas simplesmente às determinações de agências multilaterais e regulações nacionais.<sup>2</sup>

Além do papel regulatório dos organismos financeiros e de cooperação internacionais, espera-se, na perspectiva do gerencialismo, que essas instituições sejam capazes não só de se adaptarem ao contexto da mundialização, mas também de encontrarem, nos seus contextos regionais, locais e institucionais, soluções para problemas específicos. O gerencialismo aqui pode ser entendido como uma tecnologia que se constitui num arcabouço de concepções e práticas que redefinem os novos papéis das instituições no processo de implementação das políticas, sendo compreendido, portanto, como um problema de gestão.

Este é, efetivamente, um dilema institucional que produz leituras e releituras sobre o rumo das políticas de internacionalização, isto é, trata-se de compreender um campo de tensão entre o local, o regional e o global que nos permite ler e reler o processo das políticas de internacionalização no espaço específico das instituições encarregadas da formação de trabalhadores.

As instituições públicas, nos diálogos que precisam estabelecer com a centralização regulatória de dimensões nacionais e internacionais, encontram-se frente a demandas por processos de descentralização e exigências de maior eficiência na gestão dos recursos públicos e na implementação das políticas.

Enquanto promotor e avaliador da eficiência produtiva, o gerencialismo é uma tecnologia que ao mesmo tempo exige o protagonismo das instituições e de seus atores e cria obstáculos para a descentralização no processo de formulação e implementação dessas políticas.

As políticas dependem, portanto, dos atores sociais que dela fazem parte, de maneira institucionalizada ou não. Esses atores podem estar integrados em grupos formais e informais com diferentes graus de poder à medida que existam e sobrevivam os canais democráticos de inserção e de poder de decisão.

Nos limites deste estudo, é abordada a relevância das instituições e seus atores, participantes da estrutura organizacional que exercem e se submetem a relações de poder que têm forte impacto sobre as políticas públicas educacionais, especialmente as que se referem à educação profissional e tecnológica. Assim, entendemos nesta investigação que a internacionalização em processo de institucionalização nos põe em contato com estrutura organizacional, participantes/atores, canais de interpretação das demandas e estruturas de decisão e de poder, que definem o escopo da própria política.

---

2 Faria (2013) e Lotta, Pires e Oliveira (2014).

Frente às demandas de internacionalização no processo de formação educacional e de inserção sociolaboral de seus egressos, as instituições de ensino têm se engajado em *estratégias* de internacionalização.

Temos encontrado um rico repertório institucional que reúne ações, estratégias e políticas articuladas ou isoladas, pois essa leitura e releitura descobre a tensão entre *processo de formação* e *processo de inserção sociolaboral*, colocando-nos frente ao *ponto de partida da discussão* sobre a formulação de política de formação e sua implementação. As universidades de classe mundial são representativas desse esforço, seja para que se alcancem indicadores, seja para que se mantenham em *rankings* dessa natureza.

Apresenta-se na primeira seção deste estudo uma reflexão sobre essa problemática, bem como se propõe uma metodologia para se trabalhar na perspectiva das análises de instituições de educação profissional e tecnológica brasileiras, pouco estudadas no que concerne à internacionalização. Já na segunda seção, são apresentadas sugestões para que estas instituições possam prosseguir com suas estratégias de internacionalização a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão e institucionalização, crescente nessas estratégias.

## **I. ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS**

Para Benson,<sup>3</sup> o papel das organizações estatais nas sociedades capitalistas é o de ajudar no processo de acumulação de capital e desempenhar funções de legitimação. Assim, as instituições cumprem um papel de mediação entre o Estado e a sociedade.

A diminuição do papel do Estado em políticas como as educacionais implica um processo de ressignificação das instituições públicas, que pode se dar por meio de processos de descentralização sem a correspondente estrutura e financiamento para que se atinjam os objetivos dessas instituições. Mas a descentralização tem sido defendida como forma de aproximar o Estado da sociedade na construção das políticas públicas, vistas como estratégias para prover e para garantir serviços. Pode-se afirmar que

tanto as características histórico-estruturais quanto as específicas de uma dada política pública se reproduzem no processo político que circunscreve sua formulação através de interesses diversos, manifestos como demandas de

3 Benson (1983).

diferentes atores sociais em interação com o Estado e suas instituições.<sup>4</sup>

Como se pode reconhecer pelo movimento de precarização, que pode ser associado às novas formas de contratação de funcionários e aos contingenciamentos, a pressão sobre o funcionalismo público e as instituições públicas aumenta. Isso se insere nos modelos atuais de gerencialismo, caracterizados não só pelo redimensionamento da máquina pública, mas também pelo seu papel como gestora de serviços a serem oferecidos na perspectiva da eficiência no uso dos recursos.

Isso implica afirmar que o esforço da descentralização nas elaborações e implementações das políticas públicas não necessariamente tem facilitado o engajamento dos atores locais e regionais devido a uma centralização regulatória do governo federal.<sup>5</sup>

Essa abordagem coloca no centro do debate não só a relação entre o Estado e a sociedade, mas também a relação entre as políticas educacionais e a gestão educacional em contextos específicos. Além dos impasses e das contradições serem percebidos, ainda é possível avaliar os encaminhamentos dados a tais impasses e contradições a partir dos atores articulados num ambiente institucional. Segundo Lotta e Vaz,

trata-se da superação dos antigos paradigmas das “boas práticas” vistas como prescrições a serem seguidas pelos governos dos países submetidos às orientações e políticas dos organismos financeiros e de cooperação internacionais. Nesse novo contexto, de maior complexidade, a inovação na gestão deve orientar-se para objetivos concretos de solução de problemas específicos, criar condições que permitam a experimentação de novos modelos e sua constante atualização a partir das lições aprendidas com a prática e, por fim, engajar amplos leques de atores para assegurar legitimidade e viabilidade das mudanças.<sup>6</sup>

É importante que se destaque no âmbito institucional a atuação de técnicos, dirigentes públicos que são responsáveis pelo planejamento, orçamento, pela gestão, formulação e implementação das políticas públicas. Esse destaque é para a atuação destes burocratas de médio escalão em instituições públicas federais, estaduais e municipais.

4 Lobato (2006, p. 311).

5 Arretche (2010).

6 Lotta e Vaz (2015, p. 178).

Essas instituições e seus atores são fundamentais na configuração da política no processo de racionalização, no qual confluem tecnologias, regulamentações e negociações possíveis dentro de uma cultura organizacional que nem sempre é estática, mas comumente está em constante movimento.

As instituições devem ser compreendidas no papel exercido pelos seus atores, recursos humanos e técnicos, ou seja, no conjunto que as configura enquanto máquinas de produzir e implementar políticas nas quais atores, coalizões e processos que estão associados intrinsecamente à agenda da política pública nem sempre são tão inteligíveis e controláveis quanto seria desejável no seu processo de avaliação. Assim, não se pode negar que as percepções e os interesses dos atores entram em todos os momentos e estágios das políticas, que vão desde a formulação até à avaliação.<sup>7</sup>

Para Elmore,<sup>8</sup> é fundamental, portanto, compreender o funcionamento das instituições, uma vez que, dessa forma, é possível perceber como as políticas são modeladas em seu processo de implementação, sendo a compreensão do funcionamento das instituições intrínseco ao entendimento dos ciclos da política.

A perspectiva de Elmore<sup>9</sup> nos parece interessante porque recupera uma análise da política desde a relação que se desenha nos espaços macro e micro da implementação. Esta relação nos parece ilustrativa quando analisamos a relação entre a esfera federal e as esferas estaduais e municipais da implementação de uma política. As clássicas abordagens de *forward mapping* e *backward mapping* (desenho prospectivo e desenho retrospectivo) são particularmente férteis para a análise de política e sua implementação, não apenas para objetivar o movimento de “cima pra baixo ou de baixo pra cima”, mas também para compreender a abrangência do conceito de regulação na implementação.

Nesse sentido, os cuidados que devemos manter no horizonte analítico se referem ao objetivo dos desenhos prospectivos e retrospectivos da política, isto é, não descuidar da dimensão macro e cuidar fundamentalmente do que ocorre na dimensão micro, que é, para nós, a dimensão institucional.

A política de internacionalização tem esse movimento vertical num sentido ou noutro, permeada por um conjunto de regulações da macro e da microimplementação, seja na análise entre as esferas federal, estadual e municipal, seja na análise intrainstitucional, quando a perspectiva analítica é da política institucional de internacionalização. Observamos que o movimento prospectivo e retrospectivo se reproduz com grande semelhança.<sup>10</sup>

7 Saravia (2006).

8 Elmore (1978).

9 Id. (1978, 1996).

10 Id. *ibid.*

Não basta reconhecer e valorizar as instituições nesse processo. Deve-se estudá-las e considerá-las em sua ampla matriz e estrutura social,<sup>11</sup> ou seja, as instituições, no papel que exercem quanto às políticas públicas, precisam ser consideradas na sua estrutura administrativa, nos conflitos de interesse que a atravessam e nas normas inerentes a essas dimensões interdependentes.<sup>12</sup>

Estudando o protagonismo das Instituições de Ensino Superior (IES) frente às políticas de internacionalização de educação, Thiengo e Bianchet<sup>13</sup> mostram como as estratégias de internacionalização vêm assumindo a dianteira na corrida pela excelência acadêmica educacional nos países latino-americanos. Para fazer esse diagnóstico há que se ater aos marcos regulatórios e normativos que concebem e põem em prática as políticas educacionais implementadas pelas instituições desses países.<sup>14</sup>

A questão é saber como se dá essa corrida que se refere a arranjos institucionais mais ou menos consentidos e orgânicos, dependendo das estratégias e dos recursos disponibilizados para isso.

A internacionalização, desde o ponto de vista institucional, é fundamentalmente uma política que supõe a intencionalidade de buscar o desenvolvimento institucional para atingir patamares de excelência acadêmica de docência e pesquisa que, por comparação, supomos mais elevados, melhores que o que possuímos institucionalmente.

Convênios e acordos com instituições internacionais, extensão de *campus* em outros países, interculturalidade no currículo, políticas linguísticas, eventos internacionais, mobilidade docente, discente e de pesquisadores, criação de assessoria de relações internacionais, projetos de pesquisa conjunta com universidades estrangeiras, publicações conjuntas entre pesquisadores internacionais, acolhimento de estudantes estrangeiros e uso ostensivo de cursos a distância e dupla certificação têm sido as estratégias das instituições para promoverem a sua internacionalização. Dependendo da instituição, essas estratégias se encontram mais ou menos incorporadas à sua política institucional ou ao seu plano de desenvolvimento institucional formalizado.

Para Almeida, Pereira e Santos Filho,<sup>15</sup> a universidade assume um protagonismo para a internacionalização da educação ao favorecer a formação de acadêmicos abertos ao multiculturalismo, à multiversidade e à multirreferencialidade. Esse protagonismo da universidade tem inspirado inúmeros estudos sobre a internacionalização da educação considerando-se o papel exercido pelas instituições de ensino superior.

11 Ham e Hill (1988).

12 Benson (1983).

13 Thiengo e Bianchet (2020).

14 Aguiar (2013).

15 Almeida, Pereira e Santos Filho (2020).

O que se defende nos limites desse estudo é um olhar mais específico para as instituições de educação profissional e tecnológica, que, ao contrário do que comumente se imagina, também oferecem cursos de nível superior e pós-graduação, como é o caso da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

O que descrevemos sobre compreender a análise da internacionalização a partir de um movimento “de cima para baixo e de baixo para cima” nos permite ilustrar o que ocorre nas instituições que ocupam a nossa tela, pois é possível identificar, desde o ponto de partida dado pela declaração de intenção política (de internacionalizar), um conjunto de ações administrativas e a produção de documentos e decisões que envolvem organismos de distintas esferas que se replicam com o mesmo propósito, até atingir a dimensão institucional. Logo, dentro dessa dimensão poderemos observar réplicas desse movimento descrito de ações administrativas, produção de documentos e decisões. Então, nossa matriz de análise da política tem esse percurso, e logo poderemos identificar como, em algumas instituições, esse processo, que inicialmente é induzido desde as esferas da macroimplementação, também adquire complexidade ao definir contornos de propósitos explicitamente estratégicos.

## **2. INTERNACIONALIZAÇÃO COMO UMA QUESTÃO ESTRATÉGICA PARA AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

*Estratégia*, da forma como se insere neste estudo, é um conceito que articula dois elementos indispensáveis: a *política* e a *organização*. A política como decisão e definição de um rumo e a organização como disposição harmônica de componentes institucionais para dar conta da decisão e levar a instituição pelo rumo escolhido.

Entendemos assim que o *conhecimento*, sua *produção* e sua *circulação* são a categoria central e o motivo pelo qual as instituições se movem para realizar acordos de cooperação, mobilidade e intercâmbio com instituições congêneres, criam uma sólida estrutura de grupos de pesquisa e utilizam essa produção de conhecimento como carta de negociação com congêneres.

A centralidade do conhecimento, num sentido amplo, pode se referir a formas de *organização institucional*, *gestão* e *fomento da pesquisa*, *da docência* e *da extensão* para ficar dentro do modelo clássico de organização, e isso pode ser estratégico. É imprescindível sublinhar que o sistema educacional é um fator estratégico no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade brasileira, pois aí radica uma definição indissociável e equivocadamente *antagonizada* do ponto de vista da análise da internacionalização institucional.

Quais são os determinantes da estratégia institucional de internacionalização? Aqui temos que pensar em articulações conceituais que constituem o contexto institucional da estratégia, por exemplo, todas as políticas de internacionalização institucional estão formuladas com base na obtenção de conhecimento e no volume intrínseco de poder que isso significa, ou seja, na participação institucional da comunidade científica no desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e na conquista da autonomia nacional – ver PNPGs: I (1975-1979); II (1982-1985); III (1986-1989).<sup>16</sup>

No âmbito do projeto interinstitucional de pesquisa intitulado *Políticas de formação técnica e tecnológica no contexto da internacionalização da educação (2018-2020)* foram realizadas pesquisa documental e entrevistas para compreender as estratégias de internacionalização das instituições de educação profissional e tecnológica.

As estratégias destas instituições têm sido pouco estudadas e levadas em consideração no universo da internacionalização da educação, a despeito de assumirem um lugar específico de preparação para o mundo do trabalho, uma das demandas centrais da defesa da internacionalização da educação na perspectiva de formação de trabalhadores para um contexto global.

No caso das instituições investigadas, o CEETEPS, o IFSP e o IFSULDE-MINAS, a análise preliminar demonstra que as ações de internacionalização da educação profissional no Brasil são recentes e, *grosso modo*, estão sendo desenvolvidas em conformidade com as propostas dos organismos multilaterais a partir de princípios econômicos para viabilizar processos de cooperação internacional.

Assim sendo, destaca-se nas três instituições pesquisadas um movimento para desenvolver órgãos administrativos e instrumentos de normatização da internacionalização da educação profissional, criação de várias iniciativas, de convênios e acordos, projetos, entre outros.

A partir de informações documentais prévias sobre as assessorias de relações internacionais dessas instituições, foi elaborado um roteiro de questões para entrevistas com atores envolvidos nestas estratégias. Destacamos aqui a metodologia utilizada nesse estudo, que permitiu, como veremos, chegar a algumas conclusões a respeito não das estratégias específicas de cada instituição, mas da importância de considerá-las para as políticas de internacionalização da EPT.

Na elaboração das questões foram considerados os dados de identificação das entrevistas e do entrevistado, a dimensão institucional da internacionalização, a partir de um descritivo da organização e normas de concepção de internacionalização e sua relação com o ensino, a pesquisa e a extensão, o histórico das experiências de internacionalização, relacionando-a com o desen-

<sup>16</sup> CAPES (2020).



volvimento institucional e inventariando experiências de sucesso e de fracasso, a explicitação da política institucional, sua estrutura e processo de avaliação, a internacionalização e avaliação – relação institucional interna e externa –, o fomento da internacionalização e os limites e possibilidades da implementação da internacionalização na instituição. Esses aspectos comumente entrelaçados foram agrupados em eixos temáticos cuja estruturação descrevemos na Figura 1.1.



**Figura 1.1** Eixos temáticos para analisar as estratégias institucionais de internacionalização.

Fonte: elaboração própria.

A partir das entrevistas realizadas com atores institucionais vinculados direta e indiretamente às assessorias de relações internacionais, percebeu-se, de uma forma geral, que a internacionalização da EPT nessas instituições está centrada numa política institucional em construção por meio de assessorias de relações internacionais e em ações pontuais de atores e de núcleos de pesquisa, oscilando essa política entre a ênfase na formação para o mercado de trabalho e/ou o papel estratégico da formação para uma política mais ampla de ciência, tecnologia e inovação. Esta oscilação se dá por conta da adesão a programas de internacionalização que nem sempre são intrínsecos à política institucional interna, mas decorrentes das descontínuas ofertas de programas aos quais essas instituições se alinham. É o caso, por exemplo, das experiências de mobilidade acadêmica decorrentes do Programa Ciência sem Fronteiras e Idiomas sem Fronteiras.

As instituições *loci* da pesquisa, como o IFSP, o IFSULDEMINAS e o CPS, apresentam a preocupação comum de desenvolver uma cultura organizacional

que incorpore a internacionalização no cotidiano delas. É evidente que os programas linguísticos envolvendo toda a comunidade acadêmica constituem uma ferramenta para o desenvolvimento dessa cultura organizacional. No entanto, é importante que se compreendam as estratégias institucionais de internacionalização na perspectiva do conhecimento que essas instituições não só difundem, mas que também criam e ressignificam.

A internacionalização, entendida como *estratégia institucional* de estabelecer contato e de assinar acordos de cooperação, mobilidade e intercâmbio com instituições congêneres, tem fundamento, entre outros determinantes, se pensada a partir das *iniciativas individuais* de pesquisadores e de seus grupos, laboratórios, núcleos ou centros, que compartilhando o conhecimento num mesmo campo de investigação desejam conhecer, aprofundar e trocar descobertas e perspectivas de analisar e apontar soluções para um objeto ou problema de estudo determinado.

Depreende-se que há entraves para que as estratégias de internacionalização se configurem por conta das políticas pontuais de governo, pela representação social dessas instituições e pela falta de financiamento para estratégias próprias de internacionalização.

As instituições de educação profissional e tecnológica não estão numa linha de frente para se tornarem tão internacionalizadas quanto as universidades de classe mundial ou as que aspiram a isso. Em vez disso, desenvolvem estratégias em contextos locais e regionais que asseguram, dentro dos seus limites, oportunidades de mobilidade docente e discente a partir de parcerias e convênios, embora ainda careçam de uma política institucional mais efetiva, seja internamente, seja em diálogo com o contexto geopolítico do qual fazem parte.

O que se propõe a partir deste estudo é uma versão da internacionalização baseada na institucionalização da pesquisa, na formação de grupos, laboratórios, de núcleos ou centros de pesquisa inicialmente individuais, mas que logo se tornem grupais e, finalmente, institucionais. É provável que esta trajetória possa ser desenhada com suportes ou indutores que disciplinem a formação de grupos, por exemplo: “todos os professores do CPS deverão – nos próximos dois anos – pertencer a grupos de pesquisas e possuir um projeto coletivo com alunos e técnicos administrativos”. Esta é, implicitamente, uma política de institucionalização da pesquisa que contempla intrinsecamente a possibilidade de qualificar-se em idiomas como questão indispensável para a disseminação da produção da pesquisa, bem como para o acesso a novos conhecimentos em outros idiomas além do vernáculo.

O CPS, por exemplo, tem no seu processo de internacionalização uma idiossincrasia institucional na qual a extensão pode constituir a base de enlace com a pesquisa e, por esta trajetória, reconfigurar a docência.

Nos institutos federais esse fenômeno também pode ser verificado pelo impacto dos APLs, pois é isso mesmo: os Arranjos Produtivos Locais invertem as prioridades a partir de suas demandas, mudando a trajetória das instituições a partir das demandas por extensão, e radicam o ponto de inflexão quando comparamos extensão, pesquisa e docência nas universidades. Esta é uma especificidade do CPS e dos IFs.

Este é um desenho – modelo – que essas instituições podem utilizar para reformular a estratégia de internacionalização. Podemos citar como exemplo algo que se constrói a partir da experiência do IFSULDEMINAS, que, visando atender a demanda regional por soluções tecnológicas sustentáveis, tem ofertado formação profissional em alimentos, agropecuária e informática do nível técnico à pós-graduação e, desde 2014, desenvolve o mestrado profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos com duas linhas de pesquisa: Gestão da qualidade na cadeia produtiva de alimentos e Inovação e desenvolvimento de produtos alimentícios. A produção de leite, carne e couro de gado caprino está vinculada a vários cursos de formação profissional e tecnológica, e pode ser um produto de APL. Nesse caso específico, além do domínio do idioma e da mobilidade para centros avançados nesse conhecimento, a internacionalização pode originar um número importante de atividades de extensão e pesquisa, desde a pesquisa genética de melhoramento de raça até cursos vinculados à produção e comercialização de leite, carne e couro.

Observe-se que as atividades econômicas locais geradas a partir dessa articulação se descentram pela internacionalização, abrindo-se para além das fronteiras locais e nacionais e movimentando institucionalmente a possibilidade de oferecer cursos vinculados à criação de infraestrutura de água e pastagem, bem como à produção, industrialização e comercialização de leite, carne e couro, ao manejo e à criação de gado caprino, ao melhoramento genético, entre outros aspectos.

Isso significa afirmar que as estratégias de internacionalização dessas instituições podem se pautar pelas questões de formação para o trabalho, para os arranjos produtivos locais e para o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação de maneira integrada em seus planos de desenvolvimento institucional.

## REFERÊNCIAS

- AGUILAR, L. E. *A política pública educacional sob a ótica da análise satisfatória: ensaios*. Campinas: Edições Leitura Crítica, 2013.
- ALMEIDA, M. L. P.; PEREIRA, E. M. A.; SANTOS FILHO, J. C. Apresentação do dossiê Internacionalização na universidade ibero-americana: políticas, desenvolvimentos e desafios. *Revista Série-Estudos*, v. 25, n. 53, p. 3-10, 2020.

- ARRETCHE, M. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos? *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 53, n. 3, p. 587-620, 2010.
- BENSON, J. K. Interorganizational networks and policy sectors. In: ROGERS, D.; WHETTER, D. (ed.). *Interorganizational coordination*. Iowa: Iowa University Press, 1983.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Plano Nacional de Pós-Graduação*. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/plano-nacional-de-pos-graduacao>. Acesso em: 11 jun. 2020.
- ELMORE, R. F. Organizational models of social program implementation. *Public Policy*, v. 26, n. 2, p. 185-228, 1978.
- ELMORE, R. F. Diseño retrospectivo: la investigación de la implementación y las decisiones políticas. In: VAN METER, D. S. et al. (dir.). *La implementación de las políticas*. Cidade do México: Miguel Ángel Porrúa, 1996.
- FARIA, C. A. P. A multiplicidade no estudo das políticas públicas. In: MARQUES, E. S.; FARIA, C. A. P. (org.). *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CEM, 2013.
- HAM, C.; HILL, M. *The policy process in the modern capitalist State*. Brighton: Wheatsheaf Books, 1988.
- LOBATO, L. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (org.). *Políticas públicas*. Coletânea – Volume 1. Brasília, DF: ENAP, 2006. p. 289-313.
- LOTTA, G. S.; PIRES, R. R. C.; OLIVEIRA, V. E. Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas. *Revista do Serviço Público*, v. 65, n. 4, p. 463-492, 2014.
- LOTTA, G. S.; VAZ, J. C. Arranjos institucionais de políticas públicas: aprendizados a partir de casos do Brasil. *Revista do Serviço Público*, v. 66, n. 2, p. 171-194, 2015.
- SARAVIA, E. Política pública: dos clássicos às modernas abordagens. Orientação para a leitura. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (org.). *Políticas públicas*. Coletânea – Volume 2. Brasília, DF: ENAP, 2006. p. 13-18.
- THIENGO, L. C.; BIANCHETTI, L. Universidades internacionalizadas ou Universidade de Classe Mundial? Problematisações e tendências a partir do contexto latino-americano. *Revista Série-Estudos*, v. 25, n. 53, p. 81-102, 2020.